



PAINEL 5 – UM OCEANO SEM FRONTEIRAS: CIRCULAÇÃO DE GENTES, PRODUTOS E IDEIAS

Maria Barreto Dávila

O duque, o rei e a governança do Atlântico: os primeiros anos da donataria de D. Manuel nos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde

RESUMO | ABSTRACT

A morte do duque de Viseu, D. Diogo veio trazer mudanças na relação dos duques donatários com os arquipélagos atlânticos. No dia da morte de D. Diogo, D. João II endereçou uma carta à Madeira relatando os acontecimentos que tinham levado à morte do duque de Viseu por traição à Coroa. A acompanhar esta carta, D. João II enviou à ilha Gil Eanes, cavaleiro da Casa real, que iria explicar aos madeirenses os eventos ocorridos no reino.

O jovem Manuel escreveu pela primeira vez à ilha da Madeira uns dias depois, intitulado-se Duque de Beja e Senhor de Viseu. Nesta carta, afirmava ter sido informado que, durante o período em que a sua mãe, a infanta D. Beatriz, regera a ilha e depois, durante o governo de D. Diogo, “*vierom qua muytos apõtamentos dos quaaes creo que muytos deles seriam em pouco proueyto do bem E liberdade da dita ylha E de vos mesmos*”. Com esta afirmação o novo duque colocava em causa as medidas tomadas pelos anteriores donatários, numa carta em que está bem patente a influência de D. João II. No entanto, as medidas tomadas para a ilha da Madeira e o envio de novos capítulos contradizem a actuação de D. Manuel nos restantes arquipélagos já que em 1485 confirmou várias cartas passadas pela infanta D. Beatriz.

Nesta comunicação analisaremos este período de transição no governo do Atlântico, já que os primeiros anos da donataria de D. Manuel são marcados por uma maior intervenção régia e pela ausência da infanta D. Beatriz, que até então estivera à frente da sua gestão. Ao fazê-lo vamos tentar descortinar se as acções do novo duque são ou não pensadas pelo rei e se quando D. Manuel atinge a maioridade em 1489, a sua estratégia de actuação se modifica.

NOTAS CURRICULARES | BRIEF CURRICULUM



Maria Barreto Dávila é licenciada em História (2005), mestre em História Medieval (2010) e doutorada em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (2017) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, com a tese "Governar o Atlântico: a infanta D. Beatriz e a Casa de Viseu (1470-1485)", realizada sob orientação do Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa. É investigadora integrada do CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH-UAc), desde 2009, onde tem participado em inúmeros projectos de investigação, e onde coordena a linha temática de História das Mulheres e do Género. Actualmente encontra-se a desenvolver um projecto de pós-doutoramento intitulado “Género, Espaço e Poder: representações da autoridade feminina na corte portuguesa (1438-1521)”, no âmbito do qual tem lecionado cursos dedicados à História das Mulheres. A sua investigação tem reflectido sobretudo sobre o princípio da expansão atlântica portuguesa e sobre a relação das mulheres com o poder em finais da Idade Média.

Santiago Manuel Rodríguez Maldonado

Monarquía y ciudades: la documentación y presencia regia en las Actas Capitulares del Concejo de Tenerife en el siglo XVI

RESUMO | ABSTRACT

La documentación que emana de los concejos es fundamental para el conocimiento de los espacios locales, pero también para conocer cómo se desenvuelven estas instituciones en su propio territorio y cuáles son sus relaciones respecto a la autoridad superior. El propósito de esta comunicación es presentar un *work in progress* de mi investigación sobre la documentación real presente en las actas del concejo y el proceder ante la misma por parte de la institución local, así como el conjunto de actos locales que se llevaron a cabo y que se dedicaban a la vida, reinado o muerte de los sucesivos monarcas que reinaron en Castilla en los comienzos del siglo XVI. Para ello, se propone un análisis a partir de la documentación gestionada y conservada por el propio concejo. Este corpus documental incluye la generada por las instituciones concejiles, pero también la procedente de otras instituciones, como la cancellería real, y que reciben las instituciones locales; la cual, en muchos casos, se conserva adjunta o inserta en otras tipologías documentales. Ejemplo de ello son los documentos reales, ya sean copias u originales, que albergan en su interior las actas del concejo de la isla de Tenerife, así como los actos y algarabías dedicados a los y las